



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,45% São Paulo 0,63% Nova York	137.164 138.854 25/626/627/630/6	R\$ 5,434 (-0,89%) 24/junho25/junho26/junho27/junho 5,5195,5555,4985,482	R\$ 1.518	R\$ 6,401	14,90%	14,91%	Janeiro/20251,31 Fevereiro/20251,31 Março/20250,56 Abril/20250,43 Maio/20250,26

CNPU 2 terá regras mais inclusivas

FUNCIONALISMO

Entre as normas que poderão inserir mais mulheres, pessoas com deficiência e negros no serviço público, está o aumento das cotas

» ROSANA HESSEL
» RAPHAELA PEIXOTO

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, acredita que a segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), com inscrições abertas a partir de amanhã, será mais inclusiva, por conta do aumento das cotas raciais e para pessoas com deficiência, conforme a nova Lei de Cotas, e pelo avanço nas ações afirmativas para uma maior inclusão de mulheres propostos pela pasta. De acordo com Dweck, nesta nova edição do certame nacional, o principal objetivo é aumentar o número de mulheres aprovadas para o mínimo de 50% dos inscritos para concorrer às 3.652 vagas que estarão na disputa pelos concurreseiros de plantão no novo certame que será feito em duas partes, com a primeira prova, de conhecimentos gerais, marcada para ser realizada dia 5 de outubro. (Ver quadro ao lado)

Na primeira edição do CNPU, apesar de responderam pela maioria das inscrições, 56,2%, as concurreseiras que tiveram a prova corrigida somavam 39,3% e foram aprovadas de 35% a 45%, dependendo do bloco temático. “A nossa lógica é de aumentar a diversidade, que é essencial para melhorar a qualidade das políticas públicas. Temos várias políticas que mostram que o resultado de aumentar a diversidade melhora os resultados das políticas, transforma as políticas, faz políticas mais voltadas à nossa população. Então, isso é muito importante. E a gente percebe que o reforço na contratação dos servidores é algo importantíssimo para ampliar a prestação de serviço e aumentar a qualidade”, afirmou a ministra, ontem, a jornalistas durante a apresentação de detalhes do edital do CNPU 2.

A expectativa da medida, segundo a ministra, é ampliar o número de mulheres na segunda fase da prova, pois, devido à maior

escolaridade das pessoas do sexo feminino, a tendência é que o desempenho delas seja melhor do que o dos homens nas provas dissertativas. “Não é uma reserva de vagas para mulheres, como é o caso de pessoas negras, com deficiência, indígenas e quilombolas. Mas vamos fazer uma equiparação do percentual de mulheres que passam da primeira para a segunda fase”, disse a titular do MGI. Ao ser questionada sobre o risco de judicialização por conta dessa mudança, a ministra disse que está segura para fazer o certame dessa forma infralegal. “Foi uma decisão do grupo de governança do concurso e estamos muito seguros. Todo concurso no Brasil tem judicialização. E não é reserva de vagas, mas uma ação afirmativa que permita a aplicação de uma política pública”, ressaltou Dweck, ao lado da ministra das Mulheres, Márcia Lopes.

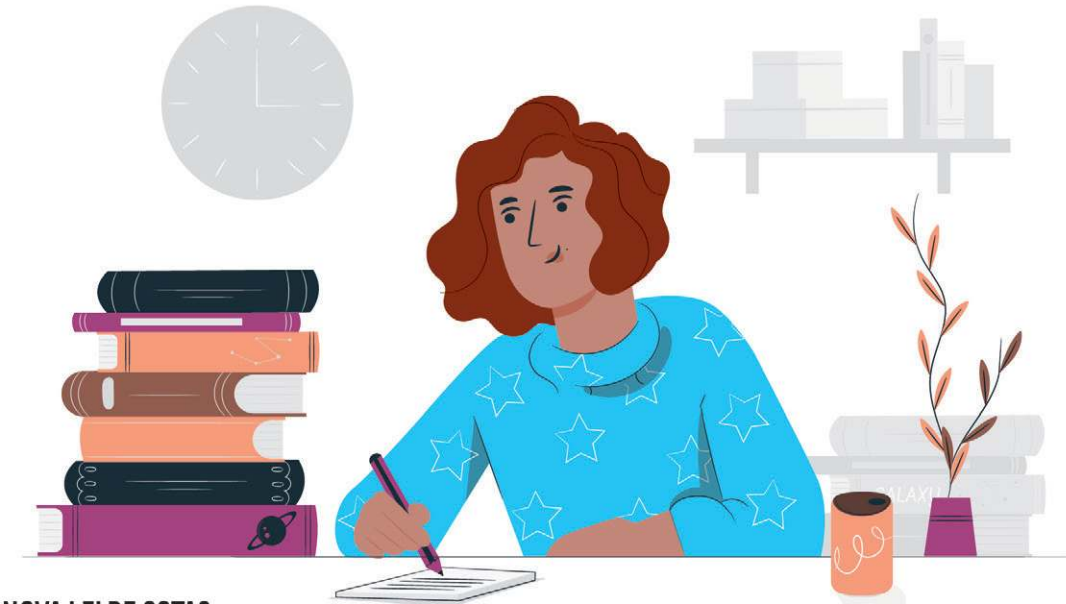
Substituição

A ministra Esther Dweck fez questão de afirmar que o MGI tem autorizado a criação de vagas em um volume inferior ao volume de aposentadorias no setor público. Entre 2010 e 2023, segundo ela, 246 mil servidores se aposentaram e a previsão para os próximos 10 anos é de mais 180 mil, e, desde o início do novo governo, em 2023, foram abertas cerca de 15 mil vagas, “sem contar as temporárias”. “A taxa de reposição (das vagas) é muito menor do que das pessoas que estão saindo. Claro que houve entradas anteriores, não só desde 2003, mas, como já venho falando muito, foi muito disparo, e as áreas que perderam a gente e as áreas que ganharam a pessoa”, afirmou Dweck.

De acordo com dados do MGI, neste ano, até 13 de junho, a pasta autorizou a abertura de 8.443 vagas neste ano no funcionalismo federal. Desse montante, não estão incluídas as do CNPU 2 porque o edital ainda não havia sido publicado.

Novo certame

As inscrições para a segunda edição do Concurso Nacional Unificado (CNPU) começam nesta quarta-feira. Veja algumas novidades no edital publicado do certame, que promete ser mais inclusivo



NOVA LEI DE COTAS

Aplicação do percentual de 30% previsto na nova Lei de Cotas, assim distribuído:

■ 25% para pessoas negras	■ número inferior ao mínimo para reserva de vagas
■ 3% para pessoas indígenas	■ Manutenção da realização da prova em 228 cidades (inclusão regional)
■ 2% para pessoas quilombolas	■ Adoção de ação afirmativa para equiparar percentual de mulheres classificadas para a segunda fase quando ele for menor que 50%
■ Aplicação da cota de 5% para Pessoas com Deficiência (PcD)	
■ Sorteio (já realizado) para cotas em cargos com	

TOTAL DE VAGAS

3.652 colocações em disputa	2.480 vagas imediatas (sendo 1.972 de nível superior e 508, nível intermediário)	1.172 vagas para provimento a curto prazo, após a homologação dos resultados (curso superior)
---------------------------------------	--	---

BLOCOS TEMÁTICOS

Veja a distribuição de vagas em cada um dos nove blocos do certame:

Seguridade social: Saúde, Assistência Social e Previdência	789
Cultura e Educação	130
Ciências, Dados e Tecnologia	212
Engenharias e Arquitetura	306
Administração	1.172
Desenvolvimento Socioeconômico	285
Justiça e Defesa	250
Intermediário - Saúde	168
Intermediário - Regulação	340

PRINCIPAIS DATAS

Inscrições: de 2 a 20/7/2025 (pagamento até 21/7) no site da banca realizadora do concurso: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Solicitação da isenção da taxa de inscrição: 2 a 8/7/2025	Convocação - confirmação de cotas e PcD: 12/11/2025
Prova objetiva: 05/10/25, das 13h às 18h	Procedimentos de confirmação de cotas: 8/12 a 17/12/2025
Convocação para prova discursiva: 12/11/2025	Prova discursiva para habilitados na 1ª fase: 7/12/2025
Envio de títulos: 13 a 19/11/2025	Previsão de divulgação da primeira Lista de classificação: 30/01/2026

Fonte: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).



Temos várias políticas que mostram que o resultado de aumentar a diversidade melhora os resultados das políticas, transforma as políticas, faz políticas mais voltadas à nossa população"

Esther Dweck,
ministra da Gestão

Nesse novo concurso unificado, 35% das vagas serão destinadas a pessoas negras (25%), quilombolas (3%) e indígenas (2%) e com deficiência (5%). Neste ano, o total de vagas que serão disputadas é de 3.652, distribuídas em 32 órgãos, - número ajustado com a retirada de institutos da lista (antes de 36) que pertenciam ao Ministério da Saúde. Desse total, 3.144 serão destinadas para nível superior e 508 para nível intermediário.

As inscrições podem ser feitas a partir de amanhã e o prazo termina no dia 20 deste mês. A taxa de inscrição tem valor único de R\$ 70 e os salários iniciais variam de R\$ 7 mil a R\$ 16 mil.

Impacto

Conforme dados do MGI, o impacto fiscal desse novo concurso será de R\$ 388,5 milhões de impacto em um ano, mas, em 2026, o valor será menor, de R\$ 270 milhões, porque as pessoas devem assumir seus respectivos cargos ao longo do ano. Vale lembrar, que dos aprovados para as 6,6 mil vagas previstas no CNPU do ano passado, 1,5 mil ainda não foram nomeados.

No CNPU 2, a maioria das vagas será destinada para a capital do país, Brasília, sendo responsável por quase 60% do total: 2.089. Nos demais estados da região Centro-Oeste, estão previstas quatro vagas, e outras 391 serão de distribuição nacional, em diferentes regiões. O Sudeste terá o segundo maior volume de colocações do certame, de 814; seguido pelo Nordeste, de 165; pelo Norte, de 135; e pelo Sul, de 54.

AGRICULTURA

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Paulo Teixeira: objetivo é que o agricultor possa ter dignidade

Governo lança hoje o Plano Safra

» FERNANDA STRICKLAND
» EDLA LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará hoje o Plano Safra 2025/2026 da agricultura empresarial, com valores que devem superar os R\$ 500 bilhões, conforme pleiteou o setor. Embora seja um recorde, o pacote não agrada de todo o agro, uma vez que as taxas de juros poderão chegar a 14% ao ano, conforme Lula mesmo indicou ontem.

Prevendo que ouvirá as queixas, o presidente se antecipou a explicar, no lançamento do Plano Safra da agricultura familiar, que a política monetária do Banco Central não permitiu a oferta de taxas menores, mas frisou que elas estão baixas, tanto para o pequeno agricultor, quanto para o grande. “Se você for olhar a agricultura empresarial,

as pessoas se queixam: ‘mas a taxa de juros está muito cara’. Pois bem, se você pegar um juro a 14% ao ano e descontar 5% da inflação, esse juro vai ser 9%. Está longe de ser a taxa selic. Então, é importante que a gente aprenda a falar essas coisas para as pessoas se darem conta de que os nossos bancos estão fazendo coisas que historicamente não se fazia neste país”, afirmou Lula.

Ao comentar as taxas de financiamento oferecidas pelo governo ao pequeno produtor, Lula destacou que os juros de 3% e 2,5% previstos no programa são, na prática, negativos, quando comparados à inflação. “Se a inflação está em 5%, e o juro é de 3%, então é menos que juro zero. E é isso que a gente quer: apoiar quem produz comida.”

“Eu gostaria que todos os juros fossem zero, mas isso ainda não

depende da nossa política econômica, que não tem muito a ver com a taxação de juros”, declarou Lula, para depois tecer elogios ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que, na última reunião do Comitê de Política Monetária, elevou a Selic para 15% ao ano. “O Galípolo é um presidente muito sério, e eu tenho certeza de que as coisas vão ser corrigidas com o passar do tempo”, disse.

Pronaf

O Plano Safra da agricultura familiar prevê R\$ 89 bilhões em crédito com juros subsidiados e incentivos à agroecologia, à mecanização sustentável e à inclusão de mulheres no campo. Do total, R\$ 78,2 bilhões são do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(Pronaf). Está mantida a taxa de 3% para financiar a produção de alimentos, como arroz, feijão, mandioca, frutas, verduras, ovos e leite — caindo para 2% quando o cultivo for orgânico ou agroecológico. Essa estratégia, adotada nos últimos dois planos safra da agricultura familiar, resultou no aumento dos financiamentos para produtos da cesta básica, gerando renda no campo e garantindo preços mais justos.

“Nós queremos que todo agricultor possa ter dignidade, possa ter conforto no trabalho no campo, para produzir alimentos para colocar nas mesas do povo brasileiro”, apontou Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O limite para a compra de máquinas e equipamentos menores foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil.